

Raios de São Francisco Holding S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas da

Raios de São Francisco Holding S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Raios de São Francisco Holding S.A. (“Companhia”), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Raios de São Francisco Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

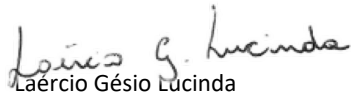
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de Maio de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6



Laércio G. Lucinda

Contador CRC 1SP241847/O-9

Raios de São Francisco Holding S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	5	759	1.009	238	120
Impostos a recuperar		10	4	2	1
Despesas antecipadas		122	187	-	-
Outras contas a receber com partes relacionadas	6	687	909	139	181
Total do ativo circulante		1.578	2.109	379	302
Ativo não circulante					
Investimentos em controladas	7	-	-	3.844	4.151
Imobilizado	8	9.636	9.299	7.207	6.974
Direito de uso - Arrendamento	9	9	9	-	-
Total do ativo não circulante		9.645	9.308	11.051	11.125
Total do ativo		11.223	11.417	11.430	11.427

Passivo e Patrimônio líquido	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores e outras contas pagar		5	46	-	42
Arrendamentos	9	4	4	-	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher		3	-	2	-
Outros tributos a recolher		22	30	1	10
Outras contas a pagar com partes relacionadas	6	198	422	436	460
Total do passivo circulante		232	502	439	512
Patrimônio líquido	10				
Capital social		12.190	11.790	12.190	11.790
Prejuízos acumulados		(1.199)	(875)	(1.199)	(875)
Total do patrimônio líquido		10.991	10.915	10.991	10.915
Total do passivo e patrimônio líquido		11.223	11.417	11.430	11.427

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Raios de São Francisco Holding S.A.

Demonstração de resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	11	(378)	(477)	(4)	(13)
Outras receitas (despesas) operacionais		(29)	-	(25)	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro líquido e impostos		(407)	(477)	(29)	(13)
 Receitas financeiras	12	89	10	13	2
Despesas financeiras	12	(3)	(10)	-	(6)
Resultado financeiro líquido		86	-	13	(4)
 Equivalência patrimonial	7.2	-	-	(306)	(460)
Resultado antes dos impostos		(321)	(477)	(322)	(477)
 Imposto de renda e contribuição social - correntes		(3)	-	(2)	-
 Prejuízo do exercício		(324)	(477)	(324)	(477)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Raios de São Francisco Holding S.A.

Demonstração de resultado abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	(324)	(477)	(324)	(477)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	(324)	(477)	(324)	(477)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Raios de São Francisco Holding S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023		6.270	(398)	5.872
Aumento de capital social	10.2	5.520	-	5.520
Prejuízo do exercício	10.3	-	(477)	(477)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		11.790	(875)	10.915
Aumento de capital social	10.2	400	-	400
Prejuízo do exercício	10.3	-	(324)	(324)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		12.190	(1.199)	10.991

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Raios de São Francisco Holding S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Nota	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(324)	(477)	(324)	(477)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa				
Resultado de equivalência patrimonial, líquido de impostos	-	-	306	460
Imposto de renda e contribuição social	3	-	2	-
Resultado do exercício ajustado	(321)	(477)	(16)	(17)
Variação dos ativos e passivos operacionais:				
Impostos a recuperar	(6)	(2)	(1)	-
Pagamentos antecipados	65	(90)	-	15
Outras contas a receber com partes relacionadas	222	(909)	42	(121)
Fornecedores e outras contas pagar	(41)	3	(42)	39
Outros tributos a recolher	(8)	1	(9)	5
Outras contas a pagar com partes relacionadas	(224)	265	(24)	403
Outros passivos	-	(4)	1	-
Caixa utilizado nas atividades operacionais	(313)	(1.213)	(49)	324
Fluxo de caixa das atividades investimento				
Aporte de capital em controladas	-	-	-	(3.010)
Aquisição de imobilizado	(337)	(1.640)	(233)	(932)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(337)	(1.640)	(233)	(3.942)
Fluxo de caixa das atividades financiamento				
Aporte de capital de acionistas	400	5.520	400	5.520
Contas a pagar - Aquisição de imobilizado	-	(1.839)	-	(1.839)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	400	3.681	400	3.681
Aumento (redução) de caixa equivalentes de caixa líquido	(250)	828	118	63
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	1.009	120	57
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	759	238	120
Aumento (redução) de caixa equivalentes de caixa líquido	(250)	828	118	63

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Raios de São Francisco Holding S.A

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Raios de São Francisco Holding S.A. individualmente “Companhia” é uma Holding constituída, em 06 de setembro de 2022, na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. A Companhia está localizada na Avenida Roque Petroni Junior, 999 – 4º andar – Vila Gertrudes – São Paulo – SP.

As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias conjuntamente referidas como “Companhia” ou simplesmente “Grupo”. O Grupo é formado por suas investidas diretas, sendo 03 (três) Companhias pré-operacionais que têm por atividade fim a geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica, são elas: Raios de São Francisco V Energias Renováveis S.A., Raios de São Francisco VI Energias Renováveis S.A. e, Raios de São Francisco Usina Geradora de Energia Elétrica SPE Ltda., todas sediadas no município de Luís Correia, Estado do Piauí.

1.1 Projeto de geração de energia solar

Em 31 de dezembro de 2025, as Controladas indiretas da Companhia possuem autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para exploração de energia solar, que lhes foi outorgada em 22 de março de 2022:

Projeto Fotovoltaico	Resolução	Data da autorização	Prazo	Capacidade de Energia Instalada (MW médios)
Raios de São Francisco V Energias Renováveis S.A.	629/2022	22/03/2022	35 anos	30,0
Raios de São Francisco VI Energias Renováveis S.A.	628/2022	22/03/2022	35 anos	30,0
Raios de São Francisco Usina Geradora de Energia Elétrica SPE Ltda.	12.862 a 12868/2022	11/10/2022	35 anos	210,0

1.2 Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2025, as controladas indiretas da Companhia possuem os seguintes contratos de venda de energia de longo prazo:

Empreendimento	Tipo	Energia Contratada (MWm)	Preço Contratado (MW/h)	Índice reajuste	Prazo	Mês de reajuste
Raios de São Francisco V Energias Renováveis S.A.	Contrato de Compra e Venda de Energia Incentivada Especial - CCEAR Ambiente Regulado	6,600	166,61	IPCA	01/01/2027* a 31/12/2040	Janeiro
Raios de São Francisco VI Energias Renováveis S.A.	Contrato de Compra e Venda de Energia Incentivada Especial – CCEAR Ambiente Regulado	6,600	166,32	IPCA	01/01/2027* a 31/12/2040	Janeiro

(*) Em janeiro de 2026, a Companhia aderiu ao MCSD A-1(G) e descontratou o fornecimento de energia referente ao ano de 2026.

2. Relação de Entidades Controladas

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possuía controle direto de 03 (três) Companhias. Veja abaixo a lista das controladas diretas do grupo:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Participação	2025	2024
Raios de São Francisco V Energias Renováveis S.A.	Direta	100%	100%
Raios de São Francisco VI Energias Renováveis S.A.	Direta	100%	100%
Raios de São Francisco Usina Geradora de Energia Elétrica SPE Ltda.	Direta	100%	100%

Referem-se de Sociedades de Propósitos Específicos (SPEs) com o objetivo único de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as SPEs encontravam-se em fase pré-operacional.

3. Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras individuais e financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram autorizadas pela Diretoria em 11 de Maio de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.1.Base de preparação - Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações, e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

3.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico amortizado, com exceção dos ativos financeiros não derivativos que são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

3.3. Moeda Funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4. Julgamento, estimativa e premissas contábeis significativas

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

i. Estimativas

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 8 – Imobilizado (aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 9 - Direito de uso e arrendamento: principais premissas utilizadas na aplicação da taxa de desconto do valor presente dos contratos de direito de uso e arrendamentos.
- Nota 13 – Instrumentos Financeiros - (principais premissas para divulgação dos instrumentos financeiros).

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração do Grupo revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

3.5. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e financeiras estão descritas a seguir.

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente durante o período abrangido pelas presentes demonstrações financeiras.

3.6. Base de consolidação

i. Controlada

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

ii. Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação e outros componentes registrados no patrimônio líquido referente a essa controlada. Qualquer ganho e ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

iii. Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

iv. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.7. Moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do ano, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.8. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem disponível em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativos financeiros ao custo amortizado, sendo apresentados no balanço patrimonial ao custo amortizado, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.9. Partes relacionadas

Transação com parte relacionada é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida.

O Grupo possui transações de conta corrente com outras empresas do Grupo que correspondem à compra dos principais componentes utilizados na construção das usinas fotovoltaicas.

3.10. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando houver.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

ii. Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

ii. Baixas

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando não se espera nenhum benefício econômico futuro do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas na venda do ativo (calculados como a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O Grupo não realizou nenhuma baixa no exercício de 31 de dezembro de 2025 e 2024, por estar em fase pré-operacional.

iii. Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado limitada ao prazo de autorização de 35 anos.

O Grupo considera as estimativas de vida útil determinadas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) para fins de determinação da depreciação dos seus ativos de geração de energia fotovoltaica, por entender que essas taxas representam a vida útil dos ativos para o setor de energia elétrica.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

O Grupo não reconheceu em 31 de dezembro de 2025 e 2024 despesas de depreciação, tendo em vista que se encontra em fase pré-operacional e o ativo está em andamento, ou seja, não se encontra nas condições de operar pretendidas pelo Grupo.

3.11.Redução ao valor recuperável (impairment)

a. Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais;
- Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

normais;

- A probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

b. Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou UGC (unidade geradora de caixa) é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Anualmente, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são alocadas para a redução do valor contábil dos ativos da UGC (ou grupo de UGCs) que originaram a perda, de forma pro rata.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Grupo concluiu que não há indicativo de redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros

3.12.Arrendamentos

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca da contraprestação.

Como arrendatário

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre financiamento como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 9,19% a.a.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem os pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

3.13.Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

a. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

- i. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR):
Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- ii. Ativos financeiro ao custo amortizado:
Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b. Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- **Mensurados subsequentemente ao custo amortizado:** são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Desreconhecimento

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o Grupo não celebrou contratos de instrumentos financeiros derivativos

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para o Comitê de Auditoria da Companhia. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Se os ativos ou os passivos medidos ao valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível que a input de valor justo com nível mais baixo que seja significativa para toda a medição.

3.14.Reconhecimento de receita

Devido a fase pré-operacional do Grupo, o reconhecimento abrange receitas de juros sobre aplicações financeiras de resgate imediato, que são reconhecidas no resultado

3.15.Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro real.

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculado com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal para melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

4. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a. *CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis*

O CPC 51 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

b. *Outras Normas Contábeis*

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

c. *Reforma tributária*

Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu uma ampla reforma no sistema tributário brasileiro. A nova estrutura prevê, entre outros aspectos, a substituição gradual de tributos atualmente existentes por um modelo de imposto sobre valor agregado dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre estados e municípios.

A implementação do novo sistema ocorrerá de forma gradual, com período de transição previsto entre 2026 e 2033, durante o qual os tributos atuais serão progressivamente substituídos pelos novos tributos sobre o consumo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração da Companhia vem acompanhando a regulamentação e avaliando os potenciais impactos da reforma tributária em suas operações, incluindo possíveis efeitos sobre:

- a estrutura de custos e formação de preços;
- a apuração e recuperação de créditos tributários;
- a classificação e apresentação de tributos nas demonstrações financeiras; e
- os sistemas e processos relacionados à apuração fiscal.

Até a data de emissão destas demonstrações financeiras, não foi possível mensurar de forma confiável todos os impactos financeiros da reforma, uma vez que parte relevante das regras operacionais ainda depende de regulamentação por leis complementares e normas infralegais.

O Grupo continuará monitorando o desenvolvimento da legislação e revisará suas estimativas e políticas contábeis conforme necessário, divulgando eventuais efeitos relevantes em períodos futuros, em conformidade com os requisitos de divulgação previstos nas normas contábeis aplicáveis.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Aplicações financeiras	759	1.009	238	120
	759	1.009	238	120

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerários em caixa, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, conforme estabelecido pelo CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As aplicações financeiras da Companhia são de renda fixa e mantidas nas principais instituições financeiras do país. Tais aplicações possuem liquidez imediata e podem ser resgatadas a qualquer tempo, de acordo com as necessidades de capital de giro da Companhia.

Essas aplicações referem-se substancialmente a aplicações automáticas remuneradas com base em taxa de mercado indexada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A remuneração dessas aplicações varia de acordo com o prazo de permanência dos recursos, com percentuais que podem chegar até 100% do CDI.

6. Operações com partes relacionadas

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Balanço Patrimonial				
Outras contas a receber com partes relacionadas (*)				
Raios de São Francisco V Energias Renováveis S.A.	-	-	-	42
Raios de São Francisco Usina Geradora de Energia Elétrica SPE Ltda	-	-	82	82
Raios de Bom Princípio Holding	10	500	-	-

Raios de São Francisco Holding S.A

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Raios de Bom Princípio Usina Geradora de Energia SPE Ltda	70	70	-	-
Gameleira 2 Energias Renováveis S.A.	-	60	-	-
Gameleira 3 Energias Renováveis S.A.	-	100	-	-
Canadian Solar H (Morada Sol)	57	-	57	-
Canadian Solar Energy II Hold	500	-	-	-
Morada do Sol Holding S.A.	-	57	-	57
Morada do Sol I Energias Renováveis S.A.	-	11	-	-
Morada do Sol III Energias Renováveis S.A.	-	31	-	-
Morada do Sol IV Energias Renováveis S.A.	30	40	-	-
Morada do Sol V Energias Renováveis S.A.	-	30	-	-
Morada do Sol VI Energias Renováveis S.A.	20	10	-	-
	687	909	139	181

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Outras contas a pagar com partes relacionadas (*)				
Raios de São Francisco V Energias Renováveis S.A.	-	-	186	210
Raios de São Francisco VI Energias Renováveis S.A.	-	-	250	250
Raios de Bom Princípio Holding	-	50	-	-
Raios de Bom Princípio Usina Geradora de Energia SPE Ltda	-	10	-	-
Gameleira 2 Energias Renováveis S.A.	48	60	-	-
Gameleira 3 Energias Renováveis S.A.	100	100	-	-
Canadian Solar Energy II Hold	50	-	-	-
Morada do Sol I Energias Renováveis S.A.	-	11	-	-
Morada do Sol III Energias Renováveis S.A.	-	31	-	-
Morada do Sol IV Energias Renováveis S.A.	-	90	-	-
Morada do Sol V Energias Renováveis S.A.	-	60	-	-
Morada do Sol VI Energias Renováveis S.A.	-	10	-	-
	198	422	436	460

(*) Referem-se a operações de conta corrente entre as empresas do Grupo.

6.1. Pessoal – chave da Administração

O Grupo optou por não realizar pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025. A remuneração da Administração do Grupo é paga pela Canadian Solar desenvolvimento de Usinas Solares LTDA.

O Grupo não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço.

O Grupo também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

7. Investimentos em controladas

	Controladora	
	2025	2024
Investimento por equivalência patrimonial	3.844	4.151
	3.844	4.151

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7.1. Informações financeiras resumidas de controladas

Em 31 de dezembro de 2025							
Controlada	Participação		Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício
Raios de São Francisco V Energias Renováveis S.A.	Direta	100%	735	1.730	358	2.107	(147)
Raios de São Francisco VI Energias Renováveis S.A.	Direta	100%	1.244	666	7	1.903	(91)
Raios de São Francisco Usina Geradora de Energia Elétrica SPE Ltda	Direta	100%	30	41	237	(166)	(68)
Em 31 de dezembro de 2024							
Controlada	Participação		Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício
Raios de São Francisco V Energias Renováveis S.A.	Direta	100%	1.114	1.658	518	2.254	(191)
Raios de São Francisco VI Energias Renováveis S.A.	Direta	100%	1.476	634	116	1.994	(185)
Raios de São Francisco Usina Geradora de Energia Elétrica SPE Ltda	Direta	100%	120	41	259	(98)	(86)

7.2. Movimentação dos investimentos

Em 31 de dezembro de 2025				
Controlada	Saldo inicial 2025	Aportes	Equivalência patrimonial	Saldo final 2025
Raios de São Francisco V Energias Renováveis S.A.	2.256	-	(147)	2.108
Raios de São Francisco VI Energias Renováveis S.A.	1.994	-	(91)	1.903
Raios de São Francisco Usina Geradora de Energia Elétrica SPE Ltda	(99)	-	(68)	(167)
	4.150	-	(306)	3.844
Em 31 de dezembro de 2024				
Controlada	Saldo inicial 2024	Aportes	Equivalência patrimonial	Saldo final 2024
Raios de São Francisco V Energias Renováveis S.A.	941	1.505	(189)	2.256
Raios de São Francisco VI Energias Renováveis S.A.	674	1.505	(185)	1.994
Raios de São Francisco Usina Geradora de Energia Elétrica SPE Ltda	(13)	-	(86)	(99)
	1.602	3.010	(460)	4.150

Aportes realizados ao longo do exercício 2024 estão relacionados no quadro abaixo:

Detalhes do aporte	Data do aporte	Quantidade de ações	Valor
Aumento de capital	31/01/2024	150	150
Aumento de capital	04/03/2024	400	400
Aumento de capital	01/07/2024	900	900
Aumento de capital	25/07/2024	760	760
Aumento de capital	23/10/2024	800	800
Total de aportes - Exercício 2024		3.010	3.010

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Imobilizado em andamento	9.636	9.299	7.207	6.974
	9.636	9.299	7.207	6.974

O Imobilizado em andamento refere-se a valores incorridos para construção do parque fotovoltaico. As construções estão sendo realizadas nas Raios de São Francisco V Energias Renováveis S.A., e Raios de São Francisco VI Energias Renováveis S.A, todas localizadas no município de Luís Correia, Estado do Piauí.

O ativo imobilizado da controladora refere-se à aquisição, em 2023, da Empresa Raios de São Francisco Usina Geradora de Energia Elétrica SPE Ltda. Conforme análises realizadas com base no CPC 15, essa operação caracteriza-se como aquisição de ativo imobilizado, não configurando uma combinação de negócios.

O Grupo não reconheceu em 31 de dezembro de 2025 e 2024 despesas de depreciação, tendo em vista que se encontra em fase pré-operacional e o ativo está em andamento O Grupo avaliou a existência de indicadores de perda no valor recuperável dos ativos não financeiros e, em razão de um trigger de impairment identificado em 2025, realizou o teste de redução ao valor recuperável nesse exercício. Após as análises, concluiu-se que nenhuma provisão deveria ser reconhecida. Para o exercício de 2024, não foram identificados triggers que demandassem a realização do teste.

8.1. Movimentação do Imobilizado consolidado e controladora

	Consolidado		
	Central Solar	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.125	534	7.659
Adições	1.755	7	1.762
Baixas	(122)	-	(122)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	8.758	541	9.299
Adições	337	-	337
Saldo em 31 de dezembro de 2025	9.095	541	9.636

	Controladora		
	Central Solar	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.669	373	6.042
Adições	925	7	932
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.594	380	6.974
Adições	233	-	233
Saldo em 31 de dezembro de 2025	6.827	380	7.207

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Direito de uso e arrendamento

	Consolidado	
	2025	2024
Ativo		
Direito de uso	9	9
(-) Amortização de direito de uso	-	-
	9	9
	Consolidado	
	2025	2024
Passivo		
Arrendamentos a pagar	4	4
	4	4

O principal ativo reconhecido possui a seguinte característica:
Terrenos: Contratos de arrendamento de terras relativos aos parques fotovoltaicos do Grupo.

10. Patrimônio líquido

10.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital subscrito e integralizado está representado por 12.190.000 ações (11.790.000 ações em 31 de dezembro de 2024), todas nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00, conforme demonstrado a seguir:

	2025		
	Quantidade de ações	R\$ Mil	% do capital social
Capital social			
Canadian Solar Brasil I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	12.190	12.190	100%
	12.190	12.190	100%
	2024		
	Quantidade de ações	R\$ Mil	% do capital social
Capital social			
Canadian Solar Brasil I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	11.790	11.790	100%
	11.790	11.790	100%

10.2. Movimentação do Capital Social

Aportes de capital ocorridos através de recursos bancários de seu acionista, totalmente subscritos e integralizados vide quadro de composição por evento societário abaixo:

Detalhes do aporte	Data do aporte	Quantidade de ações	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2023		6.270	6.270
Aumento de capital	30/01/2024	2.000	2.000
Aumento de capital	30/06/2024	400	400
Aumento de capital	01/07/2024	1.000	1.000

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Aumento de capital	24/07/2024	820	820
Aumento de capital	01/11/2024	1.000	1.000
Aumento de capital	20/12/2024	300	300
Saldo em 31 de dezembro de 2024		11.790	11.790
Aumento de capital	10/04/2025	400	400
Saldo em 31 de dezembro de 2025		12.190	12.190

10.3. Prejuízos acumulados

A Companhia apresentou em seu resultado um prejuízo líquido do exercício de R\$ 324 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 477 mil de prejuízo líquido em 2024), totalizando em R\$ 1.199 mil de prejuízo acumulado em 2025 (R\$ 875 mil de prejuízo em 2024), desta forma não houve distribuição de lucros.

11. Despesas gerais e administrativas

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Serviços de terceiros	(378)	(477)	(4)	(13)
	(378)	(477)	(4)	(13)

12. Resultado financeiro

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicação financeira	89	10	13	2
	89	10	13	2
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(3)	(3)	-	(1)
Outras	-	(7)	-	(5)
	(3)	(10)	-	(6)
Resultado financeiro, líquido	86	-	13	(4)

13. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

O Grupo possui operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é realizado por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa do Grupo bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros e o risco de crédito de seus ativos financeiros. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa do Grupo são monitoradas com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e de liquidez.

O Grupo não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos.

13.1. Classificação dos instrumentos financeiros

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo seus níveis de hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

As outras contas a receber de partes relacionadas, classificados como custo amortizado possuem o valor contábil como uma aproximação razoável do valor e justo e por isso não estão sendo apresentados de forma segregada.

		Consolidado		Controladora	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa(i)	5	759	1.009	238	120
Outras contas a receber com partes relacionadas(i)	6	687	909	139	181
		1.446	1.918	377	301
		Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Passivo					
Fornecedores e outras contas a pagar		5	46	-	42
Arrendamentos a pagar	9	4	4	-	-
Outras contas a pagar com partes relacionadas	6	198	422	436	460
		207	472	436	502

O valor contábil representa uma aproximação razoável do valor justo, conforme descrito abaixo:

(i) Os saldos de caixa e bancos, outras contas a receber com partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar com partes relacionadas são equivalentes aos seus valores contábeis, principalmente devido aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos;

13.2. Gerenciamento de riscos financeiros

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Grupo. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

a. Risco de mercado

Risco de taxas de juros: decorre da possibilidade de o Grupo sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo, e assim justifica a não demonstração da análise de extrapolação deste risco.

b. Risco de juros

Análise de sensibilidade das taxas de juros

Decorre da possibilidade de o Grupo sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em relação aos ativos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário. Na data do balanço, o perfil de taxa de juros do Grupo é em aplicações financeiras com taxa pós-fixada.

E em relação aos passivos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia possui empréstimos e financiamento em operações com taxas que acompanham o índice inflacionário do Brasil e o índice de atualização dos contratos de venda de energia.

Com base nos dados disponíveis no Banco Bradesco, foi extraída a projeção dos indexadores CDI para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das debêntures.

31 de dezembro de 2025

	Variação 2025	Cenário Provável 2026	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de redução das taxas, juros e índices - CDI (a)	14,90%	12,13%	12,13%	15,16%	18,20%
Aplicações financeiras	Índices	2025 759	Sensibilidade		
			Provável	D-25%	D-50%
			92	115	138

31 de dezembro de 2024

	Variação 2024	Cenário Provável 2025	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de redução das taxas, juros e índices - CDI (a)	11,77%	14,83%	14,83%	18,54%	22,25%
Aplicações financeiras	Índices	2024 1.009	Sensibilidade		
			Provável	D-25%	D-50%
			150	187	224

(a) Certificado de Depósitos Interbancários (CDI) – fonte - Bradesco Longo Prazo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Risco cambial

O Grupo não está exposto a risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as compras são denominadas, e as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo. As moedas funcionais do Grupo são principalmente o Real (R\$) e o dólar (USD). O grupo não possui compras em moeda estrangeira.

c. Risco de crédito

É o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros do Grupo. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	759	1.009	238	120
Outras contas a receber com partes relacionadas	6	687	909	139	181
		1.446	1.918	377	301

O Grupo realiza operações com instrumentos financeiros de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras apenas com instituições de primeira linha, cuja classificação de risco atribuída por agência de rating de referência dos principais montantes, é AA.br.

d. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo.

O Grupo possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação

Em 31 de dezembro de 2025

		Consolidado				
		Fluxo de caixa contratuais				
		Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3-12 meses	Acima de 12 meses
Fornecedores e outras contas pagar		5	5	5	-	-
Arrendamentos a pagar	9	4	4	4	-	-

Raios de São Francisco Holding S.A

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Outras contas a pagar com partes relacionadas	6	198	198	-	198	-
		<u>207</u>	<u>207</u>	<u>9</u>	<u>198</u>	<u>-</u>

Controladora

Fluxo de caixa contratuais						
		Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3-12 meses	Acima de 12 meses
Outras contas a pagar com partes relacionadas	6	436	436		436	-
		<u>436</u>	<u>436</u>	<u>-</u>	<u>436</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2024

Consolidado

Fluxo de caixa contratuais						
		Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3-12 meses	Acima de 12 meses
Fornecedores e outras contas pagar		46	46	46	-	-
Arrendamentos a pagar	9	4	4	-	4	-
Outras contas a pagar com partes relacionadas	6	422	422	-	422	-
		<u>472</u>	<u>472</u>	<u>46</u>	<u>426</u>	<u>-</u>

Controladora

Fluxo de caixa contratuais						
		Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3-12 meses	Acima de 12 meses
Fornecedores e outras contas pagar		42	42	42	-	-
Outras contas a pagar com partes relacionadas	6	460	460	-	460	-
		<u>502</u>	<u>502</u>	<u>42</u>	<u>460</u>	<u>-</u>

14. Provisões para perdas em processos administrativos e judiciais

A Companhia não foi parte em processos administrativos e judiciais oriundos do curso normal de suas operações. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos externos, a Administração não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão de contingência no passivo ou de divulgação em nota explicativa, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.